

Empresa	Documento	Natureza da sugestão	Item1	Item2	Item3	Item4	Redação original	Proposta de alteração	Justificativa	Decisão da ANP	Justificativa da ANP
IBP	Minuta de contrato - Anexo V	Inclusão	a				-	a)Royalties no montante correspondente a 10% (dez por cento) da Produção de Petróleo e Gás Natural realizada na Área de Concessão; e na hipótese de Recursos Não Convencionais, Royalties no montante de 5%.	Em projetos para Recursos Não Convencionais, no estágio atual de conhecimento e de infraestrutura disponível no Brasil, trarão riscos mais significativos, de maneira que para fomentar o desenvolvimento desta atividade é indispensável conferir incentivos. Por essa razão, o IBP entende, dentro da linha das presentes contribuições, que é necessário conferir regramento próprio de royalties para as operações de Recursos Não Convencionais.	Não aceito.	Política de governo. Inciso IX, Art. 2 da Lei 9478/97, cabe ao CNPE definir a estratégia e a política de desenvolvimento econômico e tecnológico da indústria do petróleo.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	1	3	6		-	Manutenção do item 1.3.5 sobre o conceito de Avaliação para os recursos convencionais e inclusão de novo item sobre Avaliação de Recursos Não Convencionais, renumerando-se os demais subsequentes: Avaliação de Recursos Não Convencionais: conjunto de Operações que, como parte das atividades de exploração, se destina a verificar a comercialidade dos Recursos Não Convencionais dentro da área de ocorrência retida para fins do Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais.	A proposta visa a adequação do Conceito de Avaliação às particularidades de um projeto para Recursos Não Convencionais. O objetivo é esclarecer que se trata de operações para fins de verificar a comercialidade dos Recursos Não Convencionais dentro da área de ocorrência retida, dissociando-se desta Avaliação às referências da minuta do Contrato feitas às Descobertas e a identificação de Jazida (conceitos que não se compatibilizam com os Recursos Não Convencionais, cuja ocorrência pode se estender por toda a rocha geradora contida dentro da área de Concessão). No caso de Recursos Não Convencionais portanto, é necessário que a Avaliação se estenda por toda a área, de forma a garantir a atratividade do projeto.	Não aceito.	A definição do termo Avaliação, cláusula 1.3.5, é genérica e abrangente. Também se aplica a Recursos Não Convencionais.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	1	3	17		Declaração de Comercialidade: notificação formal e por escrito do Concessionário à ANP em que se declara uma ou mais Jazidas como Descoberta Comercial na Área de Concessão.	<b>Declaração de Comercialidade:</b> notificação formal e por escrito do Concessionário à ANP em que se declara comercial uma ou mais Jazidas como Descoberta Comercial na Área de Concessão. No que se refere a Recurso Não Convencional é a notificação formal e por escrito do Concessionário à ANP em que se declara comercial, dentro da Área de Concessão, uma área de ocorrência contínua dos Recursos Não Convencionais como Descoberta Comercial na Área de Concessão.	Adequação do conceito às características de um projeto para Recursos Não Convencionais, as quais não se coadunam com o conceito de Jazida. Nos Não Convencionais a ocorrência pode se estender por toda a rocha geradora contida dentro da área de Concessão, de maneira que a comercialidade deve visar à retenção de toda a área para fins de concomitantes atividades de desenvolvimento, produção e exploração, estas últimas a serem realizadas em partes de áreas de ocorrência contínua que não estejam em desenvolvimento ou produção.	Não aceito.	A definição do termo Declaração de Descoberta, cláusula 1.3.17, é genérica e abrangente. Também se aplica a Recursos Não Convencionais.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	1	3	19		-	Manutenção do item 1.3.19 sobre o conceito de Etapa de Desenvolvimento para os recursos convencionais e inclusão de novo item sobre Etapa de Desenvolvimento de Recursos Não Convencionais, renumerando-se os demais subsequentes: Etapa de Desenvolvimento do Recurso Não Convencional: etapa contratual iniciada com a aprovação, pela ANP, do Plano de Desenvolvimento proposto pelo Concessionário e que se prolonga durante a Fase de Produção, enquanto necessários investimentos em poços, equipamentos e instalações destinados à Produção de hidrocarbonetos oriundos de Recursos Não Convencionais e outras atividades de exploração e produção necessárias a manutenção da viabilidade técnica e comercial do projeto, de acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo.	Adequação do conceito às características de um projeto para Recursos Não Convencionais. Nos Não Convencionais a ocorrência pode se estender por toda a rocha geradora contida dentro da área de Concessão, de maneira que a Etapa de Desenvolvimento deve visar não somente as atividades de desenvolvimento, mas também concomitantes atividades de exploração e de produção a serem realizadas em toda a área retida. Há, no caso dos Recursos não Convencionais, necessidade de realizar novos poços, de forma a garantir a viabilidade técnica e comercial do projeto.	Não aceito.	A definição do termo Etapa de Desenvolvimento, cláusula 1.3.20, é genérica e abrangente. Também se aplica a Recursos Não Convencionais.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	1	3	26		Individualização da Produção: procedimento que visa à divisão do resultado da Produção e ao aproveitamento racional dos recursos naturais da União, por meio da unificação do Desenvolvimento e da Produção relativos à Jazida que se estenda além da Área de Concessão;	<b>Individualização da Produção:</b> procedimento que visa à divisão do resultado da Produção e ao aproveitamento racional dos recursos naturais da União, por meio da unificação do Desenvolvimento e da Produção relativos à Jazida que se estenda além da Área de Concessão, conforme disposto no Acordo de Individualização da Produção.	A proposta visa à adequação de regulamentação específica publicada pela ANP recentemente (Resolução ANP 25/2013) e além disso, traz a possibilidade de se tratar caso a caso uma hipótese de Descoberta de Recurso Não Convencional - que difere do recurso convencional - e poderá ter seus termos e condições diferenciadas no Acordo de Individualização da Produção.	Aceito parcialmente.	A sugestão ensejou o aprimoramento da cláusula remetendo à Legislação Aplicável que engloba o Acordo de Individualização da Produção e o Compromisso de Individualização da Produção.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	1	3	38		Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais: documento preparado pelo Concessionário e aprovado pela ANP contendo a descrição e o planejamento físico-financeiro de todas as atividades exploratórias e de Avaliação dos Recursos Não Convencionais a serem realizadas pelo Concessionário na Área do Contrato durante o Período Exploratório Estendido.	<b>Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais:</b> documento preparado pelo Concessionário e aprovado pela ANP contendo a descrição e o planejamento físico-financeiro de todas as atividades exploratórias e de Avaliação dos Recursos Não Convencionais a serem realizadas pelo Concessionário na Área de Concessão durante o Período Exploratório Estendido.	A proposta visa ao alinhamento ao termo definido da Área de Concessão, já definida na cláusula primeira da minuta do contrato.	Aceito.	
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	1	3	39		-	Manutenção do item 1.3.39 sobre o conceito de Plano de Desenvolvimento para os recursos convencionais e inclusão de novo item sobre Plano de Desenvolvimento de Recursos Não Convencionais, renumerando-se os demais subsequentes: Plano de Desenvolvimento de Recursos Não Convencionais: documento em que se especifica o desenvolvimento modular da área de ocorrência contínua, com a possibilidade de divisão em subáreas exploratórias, a serem retidas mediante aprovação de compromissos firmes subsequentes.	Adequação do conceito às características de um projeto para Recursos Não Convencionais. Nos Não Convencionais o Plano de Desenvolvimento não versa sobre uma Descoberta ou algumas Descobertas, mas sim sobre as atividades concomitantes de desenvolvimento, produção e exploração a serem realizadas na área de ocorrência da rocha geradora contida dentro da área de Concessão.	Não aceito.	A definição do termo Plano de Desenvolvimento, cláusula 1.3.39, é genérica e abrangente. Também se aplica a Recursos Não Convencionais.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	1	3	49		-	Inclusão de novo item sobre Relatório Final do Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais, renumerando-se os demais subsequentes: 1.3.49 Relatório Final do Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais: documento apresentado pelo Concessionário e sujeito à aprovação da ANP, em que se descreve o conjunto das Operações empregadas para a Avaliação de Descoberta de Recursos Não Convencionais, os resultados desta Avaliação e, eventualmente, a área de ocorrência contínua dos Recursos Não Convencionais que o Concessionário pretenda reter para fins de Desenvolvimento.	Necessidade de definição deste Relatório, a exemplo do Relatório Final de Avaliação de Descoberta existente e aplicável aos recursos convencionais.	Aceito parcialmente.	A proposta ensejou aprimoramento da redação. A retenção de área para fins de Desenvolvimento dependerá do resultado da Exploração e Avaliação.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	2	1	c		c) em caso de Descoberta de Recursos Não Convencionais, a critério do Concessionário, a execução de um Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais aprovado pela ANP;	c) em caso de Recursos Não Convencionais, a critério do Concessionário, a execução de um Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais aprovado pela ANP;	Sugere-se a supressão da palavra "Descoberta". O Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais, tal como definição contida no item 1.3.38, que se coaduna com as Melhores Práticas da Indústria, é claro no sentido de que não se exige a Descoberta propriamente dita para se executar um Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais. Exige-se apenas a identificação de Recursos Não Convencionais, o que não necessariamente preenche o requisito de Descoberta constante do Manual de Procedimento de Carga dos dados da ND (Notificação de Descoberta) via Internet, elaborado pela ANP. Esta interpretação se coaduna com a política energética nacional consubstanciada na Lei nº 9.478/97 e com os objetivos delineados no edital desta 12ª Rodada, em especial, o de ampliar as reservas e a produção brasileira de gás natural, incluindo novas fontes energéticas, e o conhecimento das bacias sedimentares brasileiras. Com base nessa interpretação, sugere-se a exclusão do termo "Descoberta" desta alínea "c)" e demais provisões correlatas ao longo da minuta do contrato.	Não aceito.	Nos termos do Art.44 da Lei 9478/97, a descoberta é premissa para proposição de um plano de avaliação de descoberta.

Empresa	Documento	Natureza da sugestão	Item1	Item2	Item3	Item4	Redação original	Proposta de alteração	Justificativa	Decisão da ANP	Justificativa da ANP
Petra	Minuta do contrato	Alteração	2	5			O Concessionário será o único responsável civilmente pelos seus próprios atos e os de seus prepostos e subcontratados, bem como pela reparação de quaisquer danos causados pelas Operações e sua execução, independentemente da existência de culpa.	"2.5 O Concessionário será o responsável civilmente pelos seus próprios atos e os de seus prepostos e subcontratados, de acordo com sua participação indivisa de direitos e obrigações, bem como pela reparação de quaisquer danos causados pelas Operações e sua execução, independentemente da existência de culpa, exceção prevista no item 30.1 deste Contrato".	As mudanças neste parágrafo têm por objetivo tornar a redação mais clara, bem como delimitar a responsabilidade do concessionário apenas a sua participação (percentual no Contrato). Observe que o conceito da cláusula foi mantido.	Não aceito.	A responsabilidade dos concessionários é solidária. No termos da cláusula Trigésima do Contrato, as hipóteses de caso fortuito e força maior e causas similares apenas justificam a inexecução de obrigações.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	3	3	1		No final da Fase de Exploração Estendida o Concessionário só poderá reter as áreas cuja comercialidade tenha sido declarada	Ao final da Fase de Exploração Estendida, o Concessionário poderá reter a área relativa à ocorrência contínua de Recursos Não Convencionais definida no Relatório Final do Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais.	No caso de Recursos Não Convencionais é preciso que se resguarde o direito de reter a máxima extensão de área para viabilizar que sejam exercidas, concomitantemente, atividades de desenvolvimento dos <i>sweet spots</i> já identificados, de produção dos mesmos e atividades exploratórias para a identificação de novos <i>sweet spots</i> . A prática da indústria internacional nos Estados Unidos e Canadá - países em que as atividades em não convencional prosperaram - são inequívocas neste sentido.	Aceito parcialmente.	A sugestão ensejou revisão e exclusão da cl. 3.3 e 3.3.1. Nos termos do Art.44 da Lei 9478/97, a descoberta é premissa para proposição de um plano de avaliação de descoberta.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	3	3			Caso a ANP certifique uma Descoberta de Recursos Não Convencionais e aprove o Plano de Exploração e Avaliação desses Recursos, não há obrigação, por parte do Concessionário, de devolução de áreas durante a Fase de Exploração Estendida.	Caso a ANP aprove o Plano de Exploração e Avaliação desses Recursos, não há obrigação, por parte do Concessionário, de devolução de áreas durante a Fase de Exploração Estendida.	Sugere-se a exclusão do trecho sobre certificação de Descoberta, em linha com a justificativa do item acima, bem como o que se segue: O verbo "certificar" exprime uma certeza, e considerando que o estágio exploratório de um Recurso Não Convencional se caracteriza por uma incerteza, o IBP entende indevida a utilização desse verbo. Em relação à exclusão proposta sobre a Descoberta de Recursos Não Convencionais, nos termos da definição de Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais contida no item 1.3.38 da minuta do contrato de concessão, que reflete as Melhores Práticas da Indústria, não se exige a Descoberta propriamente dita de recurso não convencional para se executar um Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais. Nessa linha, não há obrigação de devolução de área. Vale lembrar ainda, que não há regulamentação específica para Descoberta de Recurso Não Convencional. Esta interpretação se coaduna com a política energética nacional consubstanciada na Lei nº 9.478/97 e com os objetivos delineados no edital desta 12ª Rodada, em especial, o de ampliar as reservas e a produção brasileira de gás natural, incluindo novas fontes energéticas, e o conhecimento das bacias sedimentares brasileiras.	Aceito parcialmente.	A sugestão ensejou revisão e exclusão da cl. 3.3 e 3.3.1. Nos termos do Art.44 da Lei 9478/97, a descoberta é premissa para proposição de um plano de avaliação de descoberta.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	3	5			Toda e qualquer devolução de áreas ou Campos integrantes da Área de Concessão, assim como a consequente reversão de bens, terá caráter definitivo e será feita pelo Concessionário sem ônus de qualquer natureza para a União ou para a ANP, nos termos do artigo 28, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 9.478/97, não cabendo ao Concessionário qualquer direito a ressarcimento.	Toda e qualquer devolução de áreas ou Campos integrantes da Área de Concessão, assim como a consequente reversão de bens, terá caráter definitivo e será feita pelo Concessionário sem ônus de qualquer natureza para a União ou para a ANP, nos termos do artigo 28, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 9.478/97	O IBP entende, respeitosamente, que o eventual objeto de indenização está previsto em lei.	Não aceito.	As operações de E&P incluindo desativação e abandono de área são por conta e risco exclusivo do concessionário nos termos da Art 26 da Lei 9478/97.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	4	1	3		-	No que se refere a Recursos Não Convencionais, Fase de Produção para a ocorrência contínua de Recursos Não Convencionais, com a duração prevista no Plano de Desenvolvimento e/ou sucessivas revisões.	A inclusão deste item visa evitar a associação do conceito de Campo previsto em lei.	Não aceito.	A definição de campo é legal e também se aplica aos Recursos Não Convencionais.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	4	2			A vigência deste Contrato, para cada parcela da Área de Concessão que venha a se tornar um Campo nos termos aqui previstos, corresponderá ao período decorrido desde a data de sua assinatura até a Declaração de Comercialidade de uma ou mais Descobertas, acrescido de um prazo de 27 (vinte e sete) anos correspondente à Fase de Produção, na forma do parágrafo 9.1.	A vigência deste Contrato, para cada parcela da Área de Concessão que venha a se tornar um Campo nos termos aqui previstos, ou para a parcela de Área da Concessão referente aos Recursos Não Convencionais, corresponderá ao período decorrido desde a data de sua assinatura até a Declaração de Comercialidade de uma ou mais Descobertas, acrescido de um prazo de 27 (vinte e sete) anos correspondente à Fase de Produção, na forma do parágrafo 9.1, bem como acrescido de prorrogações aprovadas pela ANP, na forma do parágrafo 9.3.	A inclusão de menção a recursos não convencionais visa a esclarecer que este prazo de vigência também se refere a concessões para operações nos mesmos. A menção ao fato de que a vigência contará com eventual prorrogação da fase de produção é para conferir consistência com outras disposições do Contrato que expressamente permitem esta extensão desde que atendidos os critérios estabelecidos.	Não aceito.	Previsto já no contrato. A redação original é mais apropriada que a proposta.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	5	2	1	ii	(ii) à certificação pela ANP da Descoberta de Recurso Não Convencional e;	À aprovação pela ANP da notificação de identificação de Recurso Não Convencional e;	Mesma justificativa do item anterior acima.	Aceito parcialmente.	Nos termos do Art.44 da Lei 9478/97, a descoberta é premissa para proposição de um plano de avaliação de descoberta.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	5	2			Caso o Concessionário realize uma Descoberta de Recursos Não Convencionais, certificada pela ANP durante a Fase de Exploração, o Concessionário, a seu exclusivo critério e de acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, poderá prosseguir na Fase de Exploração Estendida, cuja duração, a critério da ANP, poderá atingir até 6 (seis) anos, dividida em 3 (três) Períodos Exploratórios Estendidos com até 2 (dois) anos de duração cada um.	Caso o Concessionário identifique potencial de Recursos Não Convencionais durante a Fase de Exploração, o Concessionário, a seu exclusivo critério e de acordo com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, poderá prosseguir na Fase de Exploração Estendida, cuja duração, a critério da ANP, poderá atingir até 6 (seis) anos, dividida em 3 (três) Períodos Exploratórios Estendidos com até 2 (dois) anos de duração cada um.	Sugere-se a exclusão do trecho sobre certificação de Descoberta, em linha com a justificativa do item acima, bem como o que se segue: O verbo "certificar" exprime uma certeza, e considerando que o estágio exploratório de um Recurso Não Convencional se caracteriza por uma incerteza entendemos indevida a utilização desse verbo. Vale lembrar ainda, que não há regulamentação específica para Descoberta de Recurso Não Convencional. Em relação à exclusão proposta sobre a Descoberta de Recursos Não Convencionais, nos termos da definição de Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais contida no item 1.3.38 da minuta divulgada do contrato de concessão, que reflete as Melhores Práticas da Indústria, não se exige a Descoberta propriamente dita de recurso não convencional para se executar um Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais.	Aceito parcialmente.	Nos termos do Art.44 da Lei 9478/97, a descoberta é premissa para proposição de um plano de avaliação de descoberta.
Petra	Minuta do contrato	Alteração	5	10			Caso o Concessionário conclua um poço como atividade adicional ao Programa Exploratório Mínimo do primeiro Período Exploratório, poderá solicitar à ANP, que decidirá a seu exclusivo critério, que o compromisso relativo ao segundo Período Exploratório seja considerado antecipadamente cumprido.	"5.8 Caso o Concessionário conclua um poço como atividade adicional ao Programa Exploratório Mínimo do Primeiro Período Exploratório, poderá solicitar à ANP que o compromisso relativo ao segundo Período Exploratório seja considerado antecipadamente cumprido".	Entendemos que não há razão para não fazer a validação automática, desde que o poço tenha atingido o objetivo exploratório mínimo; esta medida reduz a burocracia, aumenta a segurança jurídica para o concessionário e estimula antecipar os investimentos e, portanto, as chances de haver uma descoberta e produção mais rápida.	Aceito parcialmente.	O aproveitamento de poço adicional como PEM de período subsequente é condicionado à adequabilidade no prospecto e aprovação da ANP.
IBP	Minuta do contrato	Exclusão	5	11	1	2	Caso o Concessionário arremate mais de 4 (quatro) Áreas de Concessão em um mesmo setor, para o segundo poço perfurado na Fase de Exploração deverá ser repetido o mesmo procedimento do parágrafo 5.11, permanecendo válidas, mutati mutandis, as demais disposições deste parágrafo.		A proposta de exclusão visa reduzir o ônus do Concessionário no caso do segundo poço a ser perfurado, uma vez que a condição prevista no caput do item 5.11 já foi atendida no primeiro poço perfurado. O IBP gostaria de um esclarecimento sobre esse item, no sentido de conhecer os parâmetros utilizados para inclusão dessa disposição na minuta do contrato, bem como se a condição está necessariamente atrelada ao sucesso da perfuração no primeiro poço ou não.	Não aceito.	A cláusula visa fomentar. Caso o concessionário arremate até 4 blocos apenas um poço (o primeiro a ser perfurado) deverá atravessar o objetivo estratigráfico.

Empresa	Documento	Natureza da sugestão	Item1	Item2	Item3	Item4	Redação original	Proposta de alteração	Justificativa	Decisão da ANP	Justificativa da ANP
Vieira e Pessanha	Minuta do contrato	Alteração	5	11	1		Caso o Concessionário arremate até 4 (quatro) Áreas de Concessão em um mesmo setor, a obrigatorieda de atravessar o objetivo estratigráfico mínimo exigido fica restrita a apenas uma das Áreas de Concessão arrematadas, desde que:	Caso o Concessionário arremate até 4 (quatro) Áreas de Concessão em um mesmo setor, a obrigatoriedade de atravessar todo o objetivo estratigráfico mínimo exigido fica restrita a apenas uma das Áreas de Concessão arrematadas, desde que:	Neste item há três observações: 1. Retificar a palavra “obrigatorieda” para obrigatoriedade. 2. Alterar “atravessar o objetivo” por “atravessar todo o objetivo” para ficar em conformidade com o item c do Anexo XII do Edital. 3. Dúvida: fica restrita a apenas uma das Áreas de Concessão arrematadas, ou fica restrita a primeira Área de Concessão arrematada perfurada no Setor?	Aceito.	
Vieira e Pessanha	Minuta do contrato	Inclusão	5	11	2		-	Para demais Áreas de Concessão em um mesmo Setor, vale a obrigação de perfurar até o objetivo exploratório mínimo exigido, em uma metragem mínima de 30 (trinta) metros, conforme exigido no item c do Anexo XII do Edital.	Deixar clara no contrato de concessão a exigência que consta no Edital.	Aceito parcialmente.	A proposta ensejou aprimoramento de redação da cláusula 5.11.1.3.
Vieira e Pessanha	Minuta do contrato	Inclusão	5	16	1		-	Após o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem a emissão do Laudo de Avaliação de Dados, previsto no item 5.16, a ANP deverá emitir Termo de Recebimento dos Dados entregues, certificando a conformidade com os padrões regulamentares.	Este procedimento está previsto na Resolução ANP nº 11 de 17/02/2011.	Não aceito.	Tema de Resolução. Não é razoável ficar dispondo de todos os procedimentos existentes em Resolução no Contrato.
Petra	Minuta do contrato	Alteração	5	16			A ANP emitirá laudo de controle de qualidade para devolução ou aceitação dos dados recebidos, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de entrega dos dados pelo Concessionário.	“5.13 A ANP emitirá laudo de controle de qualidade para devolução ou aceitação dos dados recebidos, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de entrega dos dados pelo Concessionário”	O prazo sugerido de 180 é extenso, incompatível até mesmo com o prazo da garantia estabelecido no Contrato. Ou seja, se a ANP utilizar o prazo de 180 dias para inicialmente declarar a aceitação ou não dos dados, correr-se-á o risco do vencimento da garantia (válidas por um período que exceda em pelo menos 180 dias), sem que haja a emissão do devido atestado de conclusão.	Não aceito.	O prazo disposto na Resolução ANP 11/2011.
Vieira e Pessanha	Minuta do contrato	Inclusão	5	18	1		-	Para o primeiro período exploratório, pelo menos 50% das Unidades de Trabalho, ofertadas pela sociedade empresária para o Programa Exploratório Mínimo, deverão ser abatidas utilizando-se de levantamentos sísmicos 2D e/ou 3D.	Deixar clara a exigência que consta no item b do Anexo XII do Edital.	Aceito parcialmente.	A proposta ensejou aprimoramento de redação da cláusula 5.18.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	5	20			5.20 A inexecução, parcial ou integral, do Programa Exploratório Mínimo, implica a extinção de pleno direito do Contrato, sem prejuízo da execução das garantias financeiras de atividades exploratórias e da aplicação de sanções cabíveis.	A inexecução, parcial ou integral, sem a devida anuência da ANP, nos casos previstos neste Contrato, do Programa Exploratório Mínimo, implica a extinção de pleno direito do Contrato, sem prejuízo da execução das garantias financeiras de atividades exploratórias e da aplicação de sanções cabíveis.	A proposta visa garantir a transparência do processo, no sentido que a ANP deve ter conhecimento da inexecução do PEM, antes de aplicar o instituto da extinção contratual, garantindo segurança jurídica ao Concessionário e equilíbrio na relação contratual.	Não aceito.	A extinção de pleno direito do contrato só ocorrerá a partir da constatação do não cumprimento do PEM.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	5	21	b		a) Prosseguir para o segundo Período Exploratório; ou b) Prosseguir para o Período Exploratório Estendido no caso de uma Descoberta de Recursos Não Convencionais certificada pela ANP; ou	a) Prosseguir para o segundo Período Exploratório; ou/e b) Prosseguir para o Período Exploratório Estendido no caso de uma identificação de Recursos Não Convencionais e aprovada pela ANP; ou	Em linha com justificativa já apresentada anteriormente acima, sugere-se a exclusão do trecho sobre certificar a Descoberta. O verbo “certificar” exprime uma certeza, e considerando que o estágio exploratório de um Recurso Não Convencional se caracteriza por uma incerteza entendemos indevida a utilização desse verbo. Vale lembrar ainda, que não há regulamentação específica para Descoberta de Recurso Não Convencional. Em relação à exclusão proposta sobre a Descoberta de Recursos Não Convencionais, nos termos da definição de Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais contida no item 1.3.38 da minuta divulgada do contrato de concessão, que reflete as Melhores Práticas da Indústria, não se exige a Descoberta propriamente dita de recurso não convencional para se executar um Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais.	Aceito parcialmente.	Nos termos do Art.44 da Lei 9478/97, a descoberta é premissa para proposição de um plano de avaliação de descoberta.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	5	22	d		d) Prosseguir para o Período Exploratório Estendido no caso de uma Descoberta de Recursos Não Convencionais certificada pela ANP; ou	Prosseguir para o Período Exploratório Estendido no caso de uma identificação de Recursos Não Convencionais aprovada pela ANP;	Mesma justificativa do item acima.	Aceito parcialmente.	Nos termos do Art.44 da Lei 9478/97, a descoberta é premissa para proposição de um plano de avaliação de descoberta.
Vieira e Pessanha	Minuta do contrato	Alteração	5	24			No prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da Fase de Exploração, o Concessionário deverá encaminhar à ANP um plano de devolução de áreas, elaborado conforme Legislação Aplicável.	No prazo de até 60 (sessenta) dias após o término da Fase de Exploração, o Concessionário deverá encaminhar à ANP o Relatório de Devolução de Áreas, elaborado conforme Legislação Aplicável.	De acordo com o art. 9º da Resolução ANP nº 13 de 23/02/2011, “oRelatório de Devolução de Áreas deverá ser apresentado dentro do prazo de 60 dias, contados da notificação de Devolução da Área pelo Concessionário ou da data estabelecida no Contrato de Concessão para o término das atividades de exploração na área ou, se for o caso, da data de comunicação feita pela Agência da extinção da concessão da área, e deverá ter o conteúdo especificado no Regulamento Técnico instituído por esta Resolução.”	Não aceito.	A Resolução ANP 13/2011 está em revisão já tendo ultrapassado a fase de consulta e audiência pública. Corretamente o normativo se refere ao plano (anterior à devolução) e não a relatório (posterior à devolução)
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	5	26			-	A quitação por parte da ANP das obrigações do Concessionário relativas ao plano de devolução de áreas será conferida após o cumprimento das referidas obrigações pelo Concessionário.	Sugerimos a inclusão deste item com vistas a documentar o momento do cumprimento das obrigações de devolução de área e transferência da referida área para a ANP.	Não aceito.	Não há previsão de quitação pois o passivo permanece sob a responsabilidade do concessionário.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	6	1			Além da garantia financeira do Programa Exploratório Mínimo do primeiro Período Exploratório, o Concessionário fornecerá à ANP uma ou mais garantias financeiras para o Programa Exploratório Mínimo do segundo Período Exploratório e para cada Período Exploratório Estendido no caso de Descoberta de Recursos Não Convencionais certificada pela ANP, caso decida adentrar nestes Períodos.	Além da garantia financeira do Programa Exploratório Mínimo do primeiro Período Exploratório, o Concessionário fornecerá à ANP uma ou mais garantias financeiras para o Programa Exploratório Mínimo do segundo Período Exploratório e para cada Período Exploratório Estendido no caso de identificação de Recursos Não Convencionais aprovada pela ANP, caso decida adentrar nestes Períodos.	Em linha com as justificativas anteriores acima. Na medida em que o verbo “certificar” exprime uma certeza, e considerando que a Descoberta se dá durante um estágio exploratório de incerteza – prévia a declaração de comercialidade – entende o IBP que é indevida a utilização desse verbo, já que apenas com a declaração de comercialidade há certeza quanto à Descoberta. Assim, sugere-se a alteração.	Aceito parcialmente.	Nos termos do Art.44 da Lei 9478/97, a descoberta é premissa para proposição de um plano de avaliação de descoberta.
Vieira e Pessanha	Minuta do contrato	Alteração	6	5	1		A redução do valor da garantia financeira do Programa Exploratório Mínimo do primeiro Período Exploratório nou dos Períodos Exploratórios Estendidos não poderá ocorrer com frequência inferior a 3 (três) meses.	A redução do valor da garantia financeira do Programa Exploratório Mínimo do primeiro Período Exploratório ou dos Períodos Exploratórios Estendidos não poderá ocorrer com frequência inferior a 3 (três) meses.	Suprimir a letra n em “nou”.	Aceito.	
IBP	Minuta do contrato	Alteração	6	5	1		A redução do valor da garantia financeira do Programa Exploratório Mínimo do primeiro Período Exploratório nou dos Períodos Exploratórios Estendidos não poderá ocorrer com frequência inferior a 3 (três) meses.	A redução do valor da garantia financeira do Programa Exploratório Mínimo do primeiro Período Exploratório, do segundo Período Exploratório ou dos Períodos Exploratórios Estendidos não poderá ocorrer com frequência inferior a 3 (três) meses	A inclusão visa ao alinhamento do que já consta disposto no item 6.1 relativo ao Programa Exploratório Mínimo do primeiro Período Exploratório, do segundo Período Exploratório ou aos Períodos Exploratórios Estendidos.	Não aceito.	Caput Redução do Valor Garantido. O segundo período exploratório prevê a perfuração de um poço que deverá atingir o objetivo definido no contrato, não cabendo redução parcial.

Empresa	Documento	Natureza da sugestão	Item1	Item2	Item3	Item4	Redação original	Proposta de alteração	Justificativa	Decisão da ANP	Justificativa da ANP
Vieira e Pessanha	Minuta do contrato	Alteração	6	5	2		A redução do valor da garantia financeira do Programa Exploratório Mínimo do primeiro Período Exploratório ou dos Períodos Exploratórios Estendidos não poderá ser inferior a um valor que, convertido, corresponda a 20% (vinte por cento) do total das Unidades de Trabalho ou do investimento comprometidos.	A redução do valor da garantia financeira do Programa Exploratório Mínimo do primeiro Período Exploratório ou dos Períodos Exploratórios Estendidos não poderá ser inferior a um valor que, convertido, corresponda a 20% (vinte por cento) do total das Unidades de Trabalho ou do investimento comprometidos.	Separar as palavras “Estendidos” e “não”.	Aceito.	
Vieira e Pessanha	Minuta do contrato	Alteração	6	5	5		As garantias financeiras de cada Período Exploratório serão devolvidas ao Concessionário após a emissão pela ANP do atestado de conclusão do Período Exploratório.	As garantias financeiras de cada Período Exploratório serão devolvidas ao Concessionário após a emissão pela ANP do atestado de conclusão do Programa Exploratório Mínimo requerido para o período.	O atestado de conclusão emitido pela ANP refere-se à conclusão do PEM e não do Período Exploratório, conforme observado no Catálogo de E&P: “Qualquer carta de crédito ou certificado de desempenho de obrigações contratuais serão devolvidos após atestado fornecido pela ANP de que todo o Programa Exploratório Mínimo - PEM requerido para o período de exploração foi realizado. Não havendo divergências com relação à conclusão do trabalho e tendo o Banco de Dados de Exploração e Produção - BDEP emitido os laudos de qualificação dos dados entregues pelo concessionário, a ANP emitirá os atestados mencionados dentro de 30 (trinta) dias.” Até porque, conforme os itens 5.9 e 14.18 do contrato, “o Concessionário poderá, a qualquer momento, propor a execução de programas de trabalho adicionais na Área de Concessão.”	Aceito parcialmente.	A proposta ensejou o aprimoramento da cláusula 6.5.5.
Vieira e Pessanha	Minuta do contrato	Alteração	6	5	6		Inexistindo pendências, a ANP emitirá o atestado de conclusão do Período Exploratório ou dos Períodos Exploratórios Estendidos em até trinta dias após sua conclusão.	Inexistindo pendências, a ANP emitirá o atestado de conclusão do Programa Exploratório Mínimo em até trinta dias após sua conclusão.	O atestado de conclusão emitido pela ANP refere-se à conclusão do PEM e não do Período Exploratório, conforme observado no Catálogo de E&P: “Qualquer carta de crédito ou certificado de desempenho de obrigações contratuais serão devolvidos após atestado fornecido pela ANP de que todo o Programa Exploratório Mínimo - PEM requerido para o período de exploração foi realizado. Não havendo divergências com relação à conclusão do trabalho e tendo o Banco de Dados de Exploração e Produção - BDEP emitido os laudos de qualificação dos dados entregues pelo concessionário, a ANP emitirá os atestados mencionados dentro de 30 (trinta) dias.” Até porque, conforme os itens 5.9 e 14.18 do contrato, “o Concessionário poderá, a qualquer momento, propor a execução de programas de trabalho adicionais na Área de Concessão.”	Aceito parcialmente.	A proposta ensejou o aprimoramento da cláusula 6.5.5.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	6	5	7		-	No final do Período Exploratório correspondente, caso sejam identificadas pendências referentes a UTs residuais, estas poderão ser sanadas mediante o pagamento do valor correspondente.	Trata-se de procedimento que conferirá mais celeridade e efetividade ao pagamento por eventual descumprimento de PEM.	Não aceito.	Previsto já no contrato a possibilidade de pagamento de UTs, cláusula 5.8. A redação original é mais apropriada que a proposta.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	6	5			À medida que o Concessionário realize as atividades relativas ao Programa Exploratório Mínimo do primeiro Período Exploratório ou aos Períodos Exploratórios Estendidos, poderá solicitar à ANP a redução do valor da garantia financeira depositada.	À medida que o Concessionário realize as atividades relativas ao Programa Exploratório Mínimo do primeiro Período Exploratório, do segundo Período Exploratório ou aos Períodos Exploratórios Estendidos, poderá solicitar à ANP a redução do valor da garantia financeira depositada.	A inclusão visa ao alinhamento do que já consta disposto no item 6.1 relativo ao Programa Exploratório Mínimo do primeiro Período Exploratório, do segundo Período Exploratório ou aos Períodos Exploratórios Estendidos.	Não aceito.	Caput Redução do Valor Garantido. O segundo período exploratório prevê a perfuração de um poço que deverá atingir o objetivo definido no contrato, não cabendo redução parcial.
Vieira e Pessanha	Minuta do contrato	Alteração	6	9			O Concessionário fica desobrigado da apresentação das garantias financeiras para o segundo Período Exploratório ou dos Períodos Exploratórios Estendidos, caso tenha cumprido antecipadamente o respectivo Programa Exploratório Mínimo ou as atividades comprometidas nos Períodos Exploratórios Estendidos.	O Concessionário fica desobrigado da apresentação das garantias financeiras para o segundo Período Exploratório ou dos Períodos Exploratórios Estendidos, caso tenha cumprido antecipadamente o respectivo Programa Exploratório Mínimo ou as atividades comprometidas nos Períodos Exploratórios Estendidos, observado o disposto no item 5.10.	Deixar claro que o cumprimento antecipado do PEM do segundo Período Exploratório somente ocorrerá mediante aceitação da ANP a seu exclusivo critério.	Não aceito.	Previsto já no contrato, cláusula 5.10. A redação original é mais apropriada que a proposta.
Petra	Minuta do contrato	Inclusão	6	10	4		-	6.6.2 Na hipótese de discrepância elevada entre o valor sugerido pelo concessionário e informado pela ANP, caberá ao concessionário apresentar defesa que assegure a sua proposta inicial, dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar do item 6.6.1 b.	Considerando que houve a exclusão do “valor de mercado” das rodadas anteriores, a intenção é deixar o item mais transparente possível, no sentido de coibir eventuais processos administrativos entre o concessionário e a ANP para definir o valor da perfuração do poço exploratório do segundo período.	Não aceito.	Caso o concessionário discorde da avaliação da ANP, lhe é facultado o direito de recurso na forma da Lei 9784/99.
IBP	Minuta do contrato	Exclusão	6	11	3		A execução das garantias financeiras implica a extinção de pleno direito do presente Contrato, resguardadas eventuais Áreas de Desenvolvimento já retidas.		Sugerimos a alteração de maneira a possibilitar que fique a critério da ANP aplicar a sanção da extinção do Contrato. Com isso há uma faculdade da ANP em avaliar, no caso concreto, se é indicada a sanção de extinção do contrato ou se se trata de situação em que seja de interesse da mesma e do país para atingir os objetivos da política energética nacional permitir o prosseguimento do Contrato.	Não aceito.	A execução da garantia financeira tem natureza jurídica diversa da aplicação de sanção.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	6	11	5		-	Antes de proceder com a execução das garantias financeiras, a ANP, notificará o Concessionário nesse sentido, concedendo ao mesmo, 72 (Setenta e duas) horas antes, a oportunidade de realizar o aporte financeiro ou apresentar as justificativas plausíveis que afastem a necessidade da execução das garantias financeiras.	Trata-se de procedimento que conferirá mais celeridade e efetividade ao pagamento por eventual descumprimento de PEM, bem como permitirá que o concessionário demonstre que o não cumprimento se deu por razões que, nos termos do Contrato de Concessão, afastam a execução da garantia.	Não aceito.	A execução da garantia financeira tem natureza jurídica diversa da aplicação de sanção.
Vieira e Pessanha	Minuta do contrato	Alteração	6				GARANTIAS FINANCEIRAS DO PROGRAMA EXPLORATÓRIO MÍNIMO E DAS ATIVIDADES COMPROMETIDAS NO PLANO DE EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS NÃO CONVENCIONAIS	GARANTIAS FINANCEIRAS DO PROGRAMA EXPLORATÓRIO MÍNIMO E DAS ATIVIDADES COMPROMETIDAS NO PLANO DE EXPLORAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RECURSOS NÃO CONVENCIONAIS	Separar as palavras “DAS” e “ATIVIDADES”.	Aceito.	

Empresa	Documento	Natureza da sugestão	Item1	Item2	Item3	Item4	Redação original	Proposta de alteração	Justificativa	Decisão da ANP	Justificativa da ANP
IBP	Minuta do contrato	Alteração	7	6			Caso o Concessionário decida avaliar uma Descoberta de Recursos Não Convencionais certificada pela ANP, deverá submeter uma proposta de Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais e suas revisões à aprovação da ANP conforme Legislação Aplicável.	Caso o Concessionário decida avaliar Recursos Não Convencionais aprovados pela ANP, deverá submeter uma proposta de Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais e suas revisões à aprovação da ANP, conforme legislação aplicável.	Mesma justificativa dos itens anteriores acima sobre certificação e Descoberta no caso de Recursos Não Convencionais.	Aceito parcialmente.	Nos termos do Art.44 da Lei 9478/97, a descoberta é premissa para proposição de um plano de avaliação de descoberta.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	7	7			O Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais deverá contemplar, para a Área de Concessão retida, todas as atividades exploratórias e de Avaliação, inclusive os Projetos Piloto para verificação da Comercialidade da Descoberta dos Recursos Não Convencionais.	O Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais deverá contemplar, para a Área de Concessão retida, todas as atividades exploratórias e de Avaliação, inclusive Projetos Piloto, para a verificação da Comercialidade dos Recursos Não Convencionais identificados.	Mesma justificativa dos itens anteriores acima sobre certificação e Descoberta no caso de Recursos Não Convencionais.	Não aceito.	Nos termos do Art.44 da Lei 9478/97, a descoberta é premissa para proposição de um plano de avaliação de descoberta.
Vieira e Pessanha	Minuta do contrato	Alteração	7	10			A ANP terá um prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais, para aprová-lo ou solicitar ao Concessionário modificações justificadas. Caso a ANP solicite tais modificações, o Contratado deverá apresentá-las no prazo de 60 (sessenta) dias contados da referida solicitação, repetindo-se então o procedimento previsto neste parágrafo.	A ANP terá um prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais, para aprová-lo ou solicitar ao Concessionário modificações justificadas. Caso a ANP solicite tais modificações, o Contratado deverá apresentá-las no prazo de 30 (trinta) dias contados da referida solicitação, repetindo-se então o procedimento previsto neste parágrafo.	O item 1.2.2 do Anexo X diz que, caso a ANP solicite tais modificações, o Concessionário deverá apresentá-los no prazo de <u>30 (trinta) dias</u> contados da referida solicitação, repetindo-se então o procedimento previsto nesse parágrafo. O que faz mais sentido, visto que são os mesmos 30 dias dados para modificações no PAD convencional.	Aceito.	
IBP	Minuta do contrato	Alteração	7	13			O Concessionário poderá avaliar uma Descoberta de Petróleo e Gás Natural em um Novo Reservatório ou Recurso Não Convencional a qualquer momento durante a vigência do Contrato, observando, mutati mutandis, o procedimento desta Cláusula Sétima.	O Concessionário poderá avaliar uma Descoberta de Petróleo e Gás Natural em um Novo Reservatório a qualquer momento durante a vigência do Contrato, observando, mutatis mutandis, o procedimento da cláusula Sétima.	Inserção de regra específica para operações relativas a Recursos Não Convencionais, os quais demandam a concomitância das atividades de desenvolvimento, produção e exploração para buscar novos <i>sweet spots</i> , possibilitando manter os níveis de produção estáveis.	Não aceito.	A definição do termo Avaliação, cláusula 1.3.5, é genérica e abrangente. Também se aplica a Recursos Não Convencionais.
MRA	Minuta do contrato	Inclusão	7	16			-	Hipótese de Prorrogação da Fase de Exploração para Avaliação da Descoberta: Se em razão da inexistência ou insuficiência de infraestrutura na região o concessionário deixar de executar atividade prevista no PAD previamente aprovado pela ANP, a Agência poderá prorrogar a Fase de Exploração pelo prazo necessário à superação dos entraves estruturais.	A ausência de infraestrutura em determinadas regiões do país muitas vezes inviabiliza a execução de atividades de avaliação dos recursos convencionais e não convencionais. Operações como o fraturamento hidráulico ou a execução de testes de longa duração, com Aproveitamento do Gás produzido, são exemplos de atividades que demandam um conjunto de instalações complexas, bem como a montagem de muitos equipamentos, sem mencionar o prazo, muitas vezes longo, para a obtenção de autorizações e licenças junto à ANP e órgão ambiental.	Não aceito.	O contrato já contempla hipóteses de revisão do Plano de Avaliação de Descoberta.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	8	1			-	Antes do término da Fase de Exploração, o Concessionário, por meio de notificação formal e por escrito à ANP, poderá a seu exclusivo critério, efetuar a Declaração de Comercialidade de Descoberta, desde que cumprido o Plano de Avaliação de Descoberta. No que se refere a Recurso Não Convencional, antes do término da Fase de Exploração, o Concessionário, por meio de notificação formal e por escrito à ANP, poderá a seu exclusivo critério, efetuar a Declaração de Comercialidade de Recurso Não Convencional, desde que cumprido o Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais.	Inserção de regra específica para operações relativas a Recursos Não Convencionais, os quais demandam a concomitância das atividades de desenvolvimento, produção e exploração para buscar novos <i>sweet spots</i> , possibilitando manter os níveis de produção estáveis. O conceito de Descoberta, como aplicado para os convencionais, não se coaduna com a realidade dos projetos Não Convencionais, uma vez que o mesmo está ligado aos conceitos de Reservatório, Jazida e Campo, etc.	Não aceito.	Cláusula geral que contempla os recursos convencionais e não convencionais.
Petra	Minuta do contrato	Alteração	8	2			Caso a principal acumulação de hidrocarboneto descoberto e avaliado em uma Área de Concessão seja de Gás Natural, o Concessionário poderá solicitar à ANP autorização para postergar a Declaração de Comercialidade em até 5 (cinco) anos, nas seguintes hipóteses:	"8.2 Caso a principal acumulação de hidrocarboneto descoberto e avaliado em uma Área de Concessão seja de Gás Natural, o Concessionário poderá solicitar à ANP autorização para postergar a Declaração de Comercialidade em até 8 (oito) anos, nas seguintes hipóteses."	O pedido para aumento do prazo em 3 (três) anos é necessário porque há inúmeras dificuldades comerciais e insuficiência de infraestrutura na maioria das regiões brasileiras. O prazo de apenas 5 (cinco) anos são insuficientes.	Não aceito.	A ANP entende que o prazo é razoável para superar as eventuais dificuldades de infraestrutura. Cabe ressaltar a fase de exploração estendida para os recursos não convencionais.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	8	8			-	A não apresentação da Declaração de Comercialidade em tempo hábil por parte do Concessionário implica a extinção de pleno direito do Contrato em relação à respectiva área retida para a Avaliação de Descoberta ou de Recurso Não Convencional.	Adequação ao conceito de não convencional.	Não aceito.	A definição do termo Descoberta, cláusula 1.3.18, é genérica e abrangente. Também se aplica a Recursos Não Convencionais.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	9	2			-	Todas as referências à prorrogação ou à extinção deste Contrato, nesta Cláusula Nona, referem-se a cada Campo individualmente considerado ao qual correspondem uma Fase de Produção distinta dos demais ou à área relativa à ocorrência de Recursos Não convencionais objeto de Declaração de Comercialidade.	Adequação ao conceito de Não Convencional.	Não aceito.	A definição de campo é legal e também se aplica aos Recursos Não Convencionais.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	9	6			-	A qualquer tempo, durante a Fase de Produção, o Concessionário poderá resilir este Contrato em relação a todos os Campos ou qualquer destes, mediante notificação formal e por escrito à ANP. No que se refere a Recurso Não Convencional, a qualquer tempo, durante a Fase de Produção, o Concessionário poderá resilir este Contrato em relação a qualquer parcela da área de concessão retida, mediante notificação formal e por escrito à ANP.	Adequação ao conceito de Recurso Não Convencional.	Não aceito.	Não há qualquer limitação no contrato quanto a devolução parcial de campo tanto para convencionais como não convencionais.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	9	7			-	5.3.1. Concluída a Fase de Produção nos termos do parágrafo 9.1, o Campo será devolvido à ANP. No que se refere a Recurso Não Convencional, concluída a Fase de Produção da área de ocorrência de Recursos Não Convencionais, a mesma será devolvida à ANP nos termos do parágrafo 9.1.	Adequação ao conceito de Recurso Não Convencional.	Não aceito.	A definição de campo é legal e também se aplica aos Recursos Não Convencionais.



Empresa	Documento	Natureza da sugestão	Item1	Item2	Item3	Item4	Redação original	Proposta de alteração	Justificativa	Decisão da ANP	Justificativa da ANP
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	9	8	1		-	O Concessionário envidará todos os esforços e adotará as providências cabíveis no sentido de, ao longo dos últimos seis meses de Produção ou a partir da notificação descrita no parágrafo 9.5, transferir adequadamente as Operações para o novo Concessionário, de modo a não prejudicar a administração e a Produção do Campo ou dos Recursos Não Convencionais.	Adequação ao conceito de Recurso Não Convencional.	Não aceito.	A definição de campo é legal e também se aplica aos Recursos Não Convencionais.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	9	8			-	9.8 A seu critério, a ANP poderá adotar as medidas necessárias para o prosseguimento da Operação do Campo ou da área de ocorrência de Recurso Não Convencional, podendo, inclusive, promover licitação ao longo dos últimos 6 (seis) meses de Produção ou a partir da recusa do Concessionário em prosseguir com a Operação do Campo ou da área de ocorrência de Recurso Não Convencional, nos termos do parágrafo 9.4.1.	Adequação ao conceito de Recurso Não Convencional.	Não aceito.	A definição de campo é legal e também se aplica aos Recursos Não Convencionais.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	9				Devolução do Campo	Devolução do Campo ou de área de ocorrência de Recursos Não Convencionais.	A proposta visa a adequação ao conceito de Recurso Não Convencional, em linha com as justificativas e alterações acima.	Não aceito.	A definição de campo é legal e também se aplica aos Recursos Não Convencionais.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	10	1	f		-	No que se refere a Recurso Não Convencional, o Plano de Desenvolvimento contemplará as atividades necessárias à Etapa de Desenvolvimento, bem como atividades de exploração e produção necessárias a manutenção da viabilidade técnica, operacional e econômica do projeto, segundo as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo.	Adequação ao conceito de Recurso Não Convencional. É preciso deixar claro que concomitantemente às atividades de desenvolvimento, poderão ser exercidas em outras parcelas da área de concessão atividades exploratórias e de produção.	Aceito parcialmente.	A proposta ensinou desenvolvimento de cláusulas relativas ao caput Plano de Desenvolvimento para Recursos Não Convencionais.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	10	3	2		-	A Área de Desenvolvimento deverá estar circunscrita por uma única linha traçada conforme a Legislação Aplicável, abrangendo, além da totalidade da Jazida, uma faixa circundante de segurança técnica de no máximo 1 quilometro de largura, exceto em situações excepcionais a critério da ANP. No caso de Recursos Não Convencionais, a Área de Desenvolvimento deverá estar circunscrita por uma única linha traçada conforme a Legislação Aplicável, abrangendo toda a área correspondente a área de ocorrência de Recursos Não Convencionais constante da Declaração de Comercialidade, nos termos do artigo 10.4.	Adequação ao conceito de Recurso Não Convencional. É preciso deixar claro que concomitantemente às atividades de desenvolvimento, poderão ser exercidas em outras parcelas da área de concessão atividades exploratórias e de produção.	Não aceito.	O conceito de Jazida é legal e também se aplica ao Recurso Não Convencional.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	10	3			-	A Área de Desenvolvimento deverá abranger a totalidade da(s) Jazida(s) a ser(em) produzida(s). No caso de Recursos Não Convencionais, a Área de Desenvolvimento deverá abranger a área de ocorrência de Recursos Não Convencionais constante da Declaração de Comercialidade, nos termos do parágrafo 10.4.	Adequação ao conceito de Recurso Não Convencional. É preciso deixar claro que concomitantemente às atividades de desenvolvimento, poderão ser exercidas em outras parcelas da área de concessão atividades exploratórias e de produção.	Não aceito.	O conceito de Jazida é legal e também se aplica ao Recurso Não Convencional.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	10	4	1		-	Caso a Área de Desenvolvimento seja diferente daquela constante do Relatório Final de Avaliação de Descoberta ou do Relatório Final de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais, o Concessionário deverá adequá-la nos termos do parágrafo 10.6.	Adequação ao conceito de Recurso Não Convencional. É preciso deixar claro que concomitantemente às atividades de desenvolvimento, poderão ser exercidas em outras parcelas da área de concessão atividades exploratórias e de produção.	Aceito.	
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	10	4			-	A Área de Desenvolvimento a ser retida será aquela constante do Relatório Final de Avaliação de Descoberta aprovado pela ANP. No caso de Recursos Não Convencionais, a Área de Desenvolvimento a ser retida será aquela constante do Relatório Final de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais aprovado pela ANP.	Adequação ao conceito de Recurso Não Convencional. É preciso deixar claro que concomitantemente às atividades de desenvolvimento, poderão ser exercidas em outras parcelas da área de concessão atividades exploratórias e de produção.	Aceito.	
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	10	5	2		-	A área de cada Campo deverá estar circunscrita por uma única linha poligonal fechada, traçada de acordo com a Legislação Aplicável. No que se refere a Recursos Não Convencionais, a área retida durante toda a Fase de produção, incluindo a Etapa de Desenvolvimento, deverá estar circunscrita por uma única linha poligonal fechada, traçada de acordo com a Legislação Aplicável.	Adequação ao conceito de Recurso Não Convencional. É preciso deixar claro que concomitantemente às atividades de desenvolvimento, poderão ser exercidas em outras parcelas da área de concessão atividades exploratórias e de produção.	Não aceito.	A definição de campo é legal e também se aplica aos Recursos Não Convencionais.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	10	5			-	O Concessionário reterá, da Área de Desenvolvimento, apenas a área do Campo que daí resultar. No que se refere a Recursos Não Convencionais, o Concessionário reterá toda a Área de Desenvolvimento.	Adequação ao conceito de Recurso Não Convencional. É preciso deixar claro que concomitantemente às atividades de desenvolvimento, poderão ser exercidas em outras parcelas da área de concessão atividades exploratórias e de produção.	Não aceito.	A definição de campo é legal e também se aplica aos Recursos Não Convencionais. A proposta ensinou aprimoramento da cláusula 10.6, área de desenvolvimento para recursos não convencionais.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	10	9	3		-	Em se tratando de Recurso Não Convencional, a identificação de novas partes favoráveis à produção econômica de petróleo e/ou gás natural nas áreas de ocorrência contínua de Recurso Não Convencional implicará na revisão do Plano de Desenvolvimento, nos termos das Melhores Práticas da Indústria do Petróleo.	Adequação ao conceito de Recurso Não Convencional. É preciso deixar claro que concomitantemente às atividades de desenvolvimento, poderão ser exercidas em outras parcelas da área de concessão atividades exploratórias e de produção.	Não aceito.	A revisão do plano de desenvolvimento pode se dar a qualquer momento da fase de produção.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	11	1	1		-	O Concessionário manterá a ANP informada sobre as previsões quanto à data de início da Produção de cada Campo ou a data de início da produção de Recursos Não Convencionais.	Adequação ao conceito de Não Convencional, que não se coaduna com o conceito de 'campo'.	Não aceito.	A definição de campo é legal e também se aplica aos Recursos Não Convencionais.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	11	1			-	A data de início da Produção de cada campo ou da Área de Ocorrência de Recurso Não Convencional deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) anos, prorrogáveis a critério da ANP, contados da data de apresentação da Declaração de Comercialidade	Adequação ao conceito de Não Convencional, que não se coaduna com o conceito de 'campo'.	Não aceito.	A definição de campo é legal e também se aplica aos Recursos Não Convencionais.

Empresa	Documento	Natureza da sugestão	Item1	Item2	Item3	Item4	Redação original	Proposta de alteração	Justificativa	Decisão da ANP	Justificativa da ANP
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	11	8			-	No que se refere a Recursos Não Convencionais, o Programa Anual de Produção deverá ser realizado em conformidade com as regras específicas estabelecidas pela Legislação Aplicável e com as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo.	Tendo em vista as peculiaridades dos projetos para Recursos Não Convencionais, sugerimos que o Contrato deixe aberta a possibilidade de a ANP estabelecer as regras mais adequadas em futura legislação a ser emitida, a qual deverá ter em mente a necessidade de maior agilidade e flexibilidade para os concessionários, sob pena de não viabilizar economicamente o projeto. Importante deixar claro que estas regras específicas ainda serão editadas e portanto podem ser diversas das regras previstas no Contrato de Concessão para os projetos convencionais.	Não aceito.	Já existe previsão à Legislação Aplicável conforme cláusula 11.2 do contrato.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	12	2			-	8.2. No que se refere a Recursos Não Convencionais, o Concessionário deverá observar as regras da Legislação Aplicável a respeito da Medição de Produção.	A medição possivelmente será de um conjunto de poços ligados a um único PAD. Tendo em vista as peculiaridades dos projetos para Recursos Não Convencionais, sugerimos que o Contrato deixe aberta a possibilidade de a ANP estabelecer as regras mais adequadas em futura legislação a ser emitida, a qual deverá ter em mente a necessidade de maior agilidade e flexibilidade para os concessionários, sob pena de não viabilizar economicamente o projeto. Importante deixar claro que estas regras específicas ainda serão editadas e portanto podem ser diversas das regras previstas no Contrato de Concessão para os projetos convencionais.	Não aceito.	Já existe previsão à Legislação Aplicável conforme cláusula 12.1.1 do contrato.
Vieira Rezende	Minuta do contrato	Inclusão	13	3			-	Jazidas de Recursos Não Convencionais não serão objeto de instauração de Procedimento de Individualização da Produção, com exceção daquelas onde o Concessionário decida empregar perfuração horizontal direcional ou realizar estimulações por fraturamento hidráulico que possam ultrapassar os limites da Área de Concessão.	O Art. 33 da Lei 12.351/2010, que passou definir os casos de individualização da produção, dispõe: "O procedimento de individualização da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos deverá ser instaurado quando se identificar que a jazida se estende além do bloco concedido ou contratado sob o regime de partilha de produção." O legislador ordinário fez uma clara escolha pelo vocábulo jazida, que é definido no Art. 6º da Lei 9478/97 como: XI - Jazida: reservatório ou depósito já identificado e possível de ser posto em produção; Dessa forma, não basta a simples identificação de um reservatório ou depósito, que são configurações geológicas armazenadoras de petróleo ou gás. É preciso que o reservatório ou depósito seja passível de ser posto em produção. No caso de Recursos Não Convencionais, a baixa permeabilidade ou porosidade dos reservatórios ou depósitos não permite que eles sejam colocados em produção por meio dos métodos tradicionais empregados pela indústria internacional do petróleo. Dessa forma, a decisão discricionária do Concessionário em utilizar-se de perfuração horizontal direcional e estimulação por fraturamento hidráulico em poços pode possibilitar a produção de tais reservatórios ou depósitos, que passariam a ser considerados Jazidas. Assim, o reservatório ou depósito que se estenda para além dos limites da Área de Concessão só será considerado uma Jazida Compartilhada caso o Operador entenda pela conveniência e oportunidade de perfuração horizontal ou de estimulação por fraturamento hidráulico que atinja outra Área de Concessão. O instituto da unitização (individualização da produção), tal como consagrado pela indústria, busca evitar a produção predatória que levaria a uma rápida depleção dos recursos naturais em razão da regra da captura. Como nas áreas de Recursos Não Convencionais não há produção comercial de hidrocarbonetos sem o emprego das técnicas acima mencionadas, não há que se falar em migração de petróleo, gás natural ou qualquer outro hidrocarboneto fluido. Caso o Concessionário entenda que a viabilidade comercial de uma formação geológica portadora de Recursos Não Convencionais dependa de atividades que extravasem sua Área de Concessão, poderá, a seu exclusivo critério, iniciar um Procedimento de Individualização da Produção com vistas à celebração de Acordo de Individualização da Produção ou de Compromisso de Individualização da Produção, quando for o caso.	Não aceito.	A ANP aprofundará estudo para eventual adequação da Legislação Aplicável.
Petra	Minuta do contrato	Inclusão	13	3			-	Sugestão de inclusão de texto na definição do item, conforme texto abaixo: "13.3 No caso de Reservatórios Não-Convencionais não será necessário um Acordo de Individualização da Produção."	A individualização (ou acordo de) Produção é desnecessária no caso de desenvolvimento e produção de Reservatórios Não-Convencionais dado que a produção de um poço e/ou porção de um reservatório e, consequentemente, a depleção da jazida e recuperação de hidrocarbonetos está restrita à zona de influência da estimulação ou à um volume de reservatório muito próximo ao próprio poço, não afetando, portanto, regiões e/ou partes do reservatório não estimuladas. Assim sendo, mesmo em áreas vizinhas de produção ocorre de forma estanque e o impacto da produção de parte de um reservatório estimulado tem efeito insignificante sobre a recuperação final da jazida. Dessa forma, bastaria assegurar uma franja ou afastamento mínimo da zona de estimulação próxima aos limites entre blocos de concessões distintas no PD, de forma que a estimulação de um poço, feita por um concessionário específico não afete ou interfira na zona de estimulação de outro concessionário vizinho.	Não aceito.	A sugestão ensejou o aprimoramento na definição sobre individualização da produção. A cláusula remete à Legislação Aplicável.
Vieira Rezende	Minuta do contrato	Inclusão	13	4			-	Jazidas de Recursos Não Convencionais que não forem objeto de Procedimento de Individualização da Produção terão zonas de segurança, propostas pelo Concessionário conforme as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e aprovadas pela ANP no Plano de Exploração e Avaliação de Recursos Não Convencionais. As zonas de segurança estabelecerão os limites da perfuração horizontal direcional e o perímetro da Área de Concessão onde serão realizadas estimulações por fraturamento hidráulico que possam induzir a migração de petróleo, gás ou outros hidrocarbonetos fluidos, de forma a evitar o traspasse das fraturas para diferentes Áreas de Concessão.	As características intrínsecas dos Recursos Não Convencionais os tornam estanques em seus reservatórios ou depósitos, como no caso do xisto betuminoso e das areias betuminosas. Outros Recursos Não Convencionais tais como os folhelhos oleíferos e gaseíferos, não se sujeitam a migrações fora da zona de influência da estimulação por fraturamento hidráulico e estão circunscritas a um perímetro próximo ao poço produtor. Nada justificaria a unitização compulsória de uma área estanque onde o Concessionário não tenha interesse comercial em explorar e explorar Recursos Não Convencionais para além dos limites de sua Área de Concessão. Dessa forma, não haveria risco de produção predatória em razão da regra da captura justamente pelo fato de não haver migração de hidrocarbonetos fora da área de influência da Jazida fraturada. O notório custo e complexidade de um Procedimento de Individualização da Produção poderia, nesses casos, inviabilizar a própria comercialidade da Jazida. A produção de Recursos Não Convencionais no atual estágio de desenvolvimento tecnológico da indústria requer, inclusive, incentivo governamental para se sustentar e demanda tratamento diferenciado em razão de suas características intrínsecas.	Não aceito.	A ANP aprofundará estudo para eventual adequação da Legislação Aplicável.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	14	16			-	O Concessionário notificará previamente à ANP, de maneira formal e por escrito, o início da perfuração de qualquer poço na Área de Concessão. Em se tratando de Recursos Não Convencionais, o Concessionário deverá observar as regras específicas da Legislação aplicável sobre perfuração e abandono de poços, observadas as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo.	Tendo em vista as peculiaridades dos projetos para Recursos Não Convencionais, sugerimos que o Contrato deixe aberta a possibilidade de a ANP estabelecer as regras mais adequadas em futura legislação a ser emitida, a qual deverá ter em mente a necessidade de maior agilidade e flexibilidade para os concessionários, sob pena de não viabilizar economicamente o projeto. Importante deixar claro que estas regras específicas ainda serão editadas e, portanto, podem ser diversas das regras previstas no Contrato de Concessão para os projetos convencionais.	Não aceito.	Já existe previsão à Legislação Aplicável conforme cláusulas 14.16.1 e 21.2.1.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	16	1			-	Os Programas Anuais de Trabalho e Orçamento deverão guardar estrita concordância com os demais planos e programas de trabalho e investimento exigidos e aprovados. No que se refere a Recursos Não Convencionais, o Concessionário deverá observar as regras específicas da Legislação Aplicável, inclusive no que se refere aos prazos, revisões e alterações.	Tendo em vista as peculiaridades dos projetos para Recursos Não Convencionais, sugerimos que o Contrato deixe aberta a possibilidade de a ANP estabelecer as regras mais adequadas em futura legislação a ser emitida, a qual deverá ter em mente a necessidade de maior agilidade e flexibilidade para os concessionários, sob pena de não viabilizar economicamente o projeto. Importante deixar claro que estas regras específicas ainda serão editadas e, portanto, podem ser diversas das regras previstas no Contrato de Concessão para os projetos convencionais.	Não aceito.	Já existe previsão à Legislação Aplicável conforme cláusula 16.2 do contrato.

Empresa	Documento	Natureza da sugestão	Item1	Item2	Item3	Item4	Redação original	Proposta de alteração	Justificativa	Decisão da ANP	Justificativa da ANP
Petra	Minuta do contrato	Inclusão	16	6			-	"16.6 O Concessionário poderá, mediante prévia e justificada notificação à ANP, alterar o Programa Anual de Trabalho e respectivo Orçamento Anual em curso, com vistas a adaptá-los ao eventual ingresso em uma fase subsequente ou a incorporar alterações ou Operações previstas em planos, programas e modificações respectivas adotados nos termos deste Contrato."	É certo que o concessionário tem por obrigação "cumprir" o PAT/OAT, de acordo com o item 16.4, e, de tal forma, não nos parece coerente ele não ter a oportunidade de, no mínimo, inserir alterações quando julgar imprescindíveis. Lembramos que muitas das vezes, a própria ANP acompanha as alterações ao longo do exercício, por intermédio dos processos administrativos instaurados (ex. processo de cessão). A inserção do item é fundamental para que haja maior transparência e objetividade dessa obrigação, bem como sua compatibilidade com a realidade das atividades do concessionário.	Não aceito.	Já existe previsão no contrato para Revisões e Alterações.
Petra	Minuta do contrato	Alteração	20	3	3		Não obstante a disposição acima, o Conteúdo Local relativo aos projetos marítimos de aquisição de dados sísmicos e afretamento de sondas, bem como as brocas adquiridas pelo Concessionário, será considerado, ainda que o seu Conteúdo Local seja inferior a 10% (dez por cento).	"20.3.3. Não obstante a disposição acima, o Conteúdo Local relativo à aquisição de dados sísmicos e afretamento/locação de sondas de perfuração, bem como as brocas adquiridas pelo Concessionário, será considerado ainda que o seu Conteúdo Local seja inferior a 10% (dez por cento)."	Exclusão da palavra "projetos marítimos" por entendemos que o princípio da isonomia (igualdade), princípio basilar da Constituição Federal e da administração pública, deverá ser aplicado na concessão desse benefício nas operações de onshore. Lembramos que as mesmas dificuldades de aquisição de equipamentos (sonda e broca) também são vivenciadas pelo setor onshore. Obs. o Edital não prevê áreas offshore.	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção.
Petra	Minuta do contrato	Alteração	21	5			21.5 O Concessionário deverá apresentar à ANP cópia das licenças ambientais e de suas respectivas renovações no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua obtenção, ou, antes disso, quando necessário para instruir procedimento de autorização que requeira tais documentos.	"21.5 O Concessionário deverá apresentar à ANP cópia das licenças ambientais e de suas respectivas renovações no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento pelo Concessionário, ou, antes disso, quando necessário para instruir procedimento de autorização que requeira tais documentos."	A alteração da contagem do prazo (do recebimento da licença/renovação e não de sua obtenção) é condizente com a realidade do setor. Na grande maioria das vezes os órgãos ambientais tanto da esfera estadual quanto municipal são extremamente morosos no envio da licença/renovação concedida. A sugestão de diminuição do prazo (de 30 para 15 dias) é também benéfica para ambos – ANP e Concessionário - na hipótese de ser alterada a forma de sua contagem. A ideia é o concessionário não necessitar avisar a ANP do não cumprimento do prazo.	Não aceito.	O contrato permite a apresentação em até 30 dias e não no trigésimo dia.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	24	2			Pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos previstos no parágrafo 24.1 deverão ser destinados a universidades ou institutos de pesquisa e desenvolvimento credenciados pela ANP, para realização de atividades e projetos aprovados pela ANP, em temas relevantes ou áreas prioritárias, definidos nos termos do parágrafo 24.6.	Pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos recursos previstos no parágrafo 24.1 deverão ser destinados a universidades ou institutos de pesquisa e desenvolvimento credenciados pela ANP ou destinados a sociedades empresárias sediadas no Brasil, credenciadas pela ANP independentemente do fato de estas envolverem ou estarem relacionadas às Operações deste Contrato, em áreas de interesse e temas relevantes para o setor de Energia, incluindo implantação de infraestrutura laboratorial, capacitação profissional, formação de recursos humanos, difusão do conhecimento científico ou projetos que visem ao aumento de conteúdo local.	Consideramos a participação de empresas sediadas no Brasil em projetos de P&D contratados externamente um fator importante para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, ao contemplar de forma mais ampla a cadeia do ciclo de inovação, permitir a difusão do conhecimento científico e tecnológico e acelerar a transferência de conhecimento e o processo de inovação nas empresas.  Além disto, verifica-se uma tendência de aumento significativo do montante de investimento obrigatório em P&D, considerando-se contratos de concessão, cessão onerosa e partilha. A inclusão de empresas como atores na execução de projetos contratados externamente e ampliação do escopo de investimentos, incluindo implantação de infraestrutura laboratorial, capacitação profissional, formação de recursos humanos e difusão do conhecimento científico, é fundamental para permitir uma melhor condição de atendimento da obrigação contratual de investimento em P&D .  Para permitir a agilidade necessária para cumprir as obrigações de investimentos nos prazos estipulados, é importante que as empresas sejam atores diretos na execução das atividades, sendo contratados de forma independente da contratação de outras instituições. A inclusão de necessidade de aprovação da ANP para todos os investimentos realizados junto a Instituições de Ciência e Tecnologia aumentaria sobremaneira o volume de processos em tramitação na Agência. Hoje, menos de 40% dos processos da Petrobras é encaminhado para Ciência ou autorização prévia, e o prazo regulamentar de 45 dias para autorização prévia não vem sendo respeitado, o que indica que o volume de processos já está atualmente acima da capacidade de análise da ANP.	Não aceito.	O direcionamento atual dos recursos é razoável e mostra-se fundamental para que a obrigação de investimentos em P&D possa alcançar os objetivos de desenvolvimento do setor de petróleo, gás natural e biocombustíveis.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	27	2	5		O Concessionário deverá manter à disposição da ANP os respectivos certificados de Conteúdo Local, além de contratos, documentos fiscais e demais registros comprobatórios, correspondentes ao bem ou serviço adquirido, pelo prazo de 10 (dez) anos-calendário.	O Concessionário deverá manter à disposição da ANP os respectivos certificados de Conteúdo Local, além de contratos, documentos fiscais e demais registros comprobatórios, correspondentes ao bem ou serviço adquirido, pelo prazo de 5 (cinco) anos-calendário	Sugere-se a alteração, em observância ao prazo prescricional previsto em lei e à interpretação do STF sobre o tema.	Não aceito.	10 anos corresponde a soma dos prazos prescricionais/decadenciais de lançamento e execução fiscal.
Petra	Minuta do contrato	Inclusão	28	1	1		-	"28.1.1. Não se aplicará as disposições do artigo 28 nos seguintes casos: a) Cessão de direitos para afiliada ou sociedades empresárias que seja parte do mesmo grupo econômico desde que a cessionária garanta o cumprimento integral das obrigações contratuais e atenda aos requisitos de qualificação no item 28.4; b) Cessão de direitos para uma sociedade empresária ou consórcio já previamente qualificado na mesma Rodada de Licitação; Parágrafo Único – todos os casos descritos no item 28.1.1 devem ser notificado a ANP nos termos deste Contrato."	A inserção deste item 28.1.1 tem por objetivo tornar os processos listados (a, b) mais céleres, sem que a ANP perca, contudo, o andamento e controle. No mais, as disposições são compatíveis com práticas internacionais já adotadas em outros países.	Não aceito.	Conforme Resolução ANP 27/2011, a validação de documentos não implica a qualificação prévia do interessado. Além disso, a necessidade de qualificação é uma exigência da Lei 9478.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	28	2			-	A Cessão poderá resultar na alteração da composição do Concessionário ou na divisão da Área de Concessão.	A sugestão está alinhada com a redação utilizada no Contrato de Concessão da Décima Rodada, que objetiva tornar claro que a Cessão pode resultar não só das empresas que são Concessionárias, mas também das participações indivisas.	Aceito.	
IBP	Minuta do contrato	Alteração	28	3	c		c) mudança de Operador ou de garantidor;	Mudança de Operador	A figura da transferência de Operação ou de alteração de garantidor em nada se assemelha à figura da cessão de direitos. Desta forma, é extremamente oneroso dar o mesmo tratamento da cessão a esses dois outros atos.  Em especial, deve-se considerar o atual entendimento da ANP, que difere do entendimento do IBP, no sentido de ser necessária previa aprovação do CADE às cessões. Esse posicionamento, caso permaneça, poderá gerar um entendimento equivocado de que também a transferência de operação ou mudança de garantidor devem ser previamente aprovadas pelo CADE. Tal fato gera dificuldades e causa insegurança jurídica quanto aos procedimentos comumente utilizados pela indústria de óleo & gás.  Sendo figuras completamente distintas da cessão, a ANP deveria estabelecer as suas regras de maneira específicas, seja através de normas do Contrato de Concessão, seja através de outras normas emitidas pela Agência (Resoluções, Catálogo de E&P).	Não aceito.	O concessionário pode se utilizar da experiência do grupo societário para se qualificar tecnicamente.
IBP	Minuta do contrato	Exclusão	28	12			A aprovação da Cessão de direitos e obrigações de uma determinada Área de Concessão pela ANP somente se efetuará na hipótese de cedente e cessionário estarem adimplentes com as Participações Governamentais e de Terceiros, e estará condicionada ao adimplemento das demais obrigações perante a ANP, ressalvada a hipótese do parágrafo 29.3.2		O processo de cessão deve ser autônomo em relação aos demais processos e aos procedimentos da ANP para fins de buscar o cumprimento das demais obrigações assumidas pelos Concessionários. Neste sentido, poderá ser de interesse da ANP, como ente regulador, em prol do benefício do país, aprovar a cessão para uma outra empresa com mais interesse na área do que manter aquela empresa inadimplente como concessionária.	Não aceito.	Com relação ao inadimplente, este pode transferir sua participação indivisa nos direitos e obrigações deste Contrato para os outros integrantes do consórcio conforme previsão disposta na cláusula 29.3.2.
Petra	Minuta do contrato	Alteração	28	14	2		No prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a efetivação da Cessão, o Concessionário deverá apresentar à ANP cópias do Contrato de Consórcio ou do acordo de alteração deste, devidamente assinado, e a publicação da certidão de arquivamento no registro de comércio competente.	"28.13 No prazo de 30 (trinta) dias após a efetivação da Cessão, o Concessionário deverá apresentar à ANP cópias autenticadas do Contrato de Consórcio ou do acordo de alteração deste, devidamente assinado, contendo o número do registro junto ao órgão competente."	A mudança neste parágrafo tem por objetivo tornar a redação coerente com a regulamentação de registros públicos. Não deslumbremos qualquer necessidade prática "na publicação da certidão de arquivamento no registro de comércio competente". O número do registro perante a Junta Comercial é o procedimento mais seguro que a ANP poderá obter do concessionário.	Não aceito.	A redação original é mais apropriada que a proposta.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	30	3	1		A depender da extensão e gravidade dos efeitos do caso fortuito, da força maior ou das causas similares, as Partes poderão acordar a alteração do Contrato ou sua extinção.	O prazo da suspensão corresponderá ao período comprovado e será devolvido ao Concessionário tão logo superado o caso fortuito, a força maior ou as causas similares.	O IBP entende que houve um erro na redação deste item, pois o item 30.3.1 está igual ao 30.3.3. Sugere-se, portanto, incluir no item 30.3.1 a redação da minuta do Contrato da Rodada anterior, tendo em vista que no presente contrato não há previsão desta regra.	Não aceito.	Ensejou a exclusão da cláusula 30.3.3.



Empresa	Documento	Natureza da sugestão	Item1	Item2	Item3	Item4	Redação original	Proposta de alteração	Justificativa	Decisão da ANP	Justificativa da ANP
IBP	Minuta do contrato	Alteração	30	4	1		O indeferimento em caráter definitivo, pelo órgão ambiental competente, de licenciamento essencial para a execução das atividades exploratórias, em razão do agravamento das regras e critérios de licenciamento estabelecidos posteriormente à assinatura do Contrato, poderá ensejar a extinção contratual sem que assista ao Concessionário direito a qualquer tipo de indenização.	O indeferimento em caráter definitivo, pelo órgão ambiental competente, de licenciamento essencial para a execução das atividades exploratórias, em razão do agravamento das regras e critérios de licenciamento estabelecidos posteriormente à assinatura do Contrato, poderá ensejar a extinção contratual.	O final desta Cláusula, ao estabelecer que o Contrato de Concessão será rescindido em razão do indeferimento, em caráter definitivo, do pedido de licenciamento ambiental, resultante de agravamento das regras e critérios para o licenciamento, após a assinatura do contrato de concessão, sem que caiba ao(s) concessionário(s) direito a qualquer indenização contra a ANP e União, além de ferir vários princípios primordiais que regem a Administração Pública, tais como os princípios da legalidade, razoabilidade e segurança jurídica, afetará o equilíbrio econômico-financeiro contratual. A decisão da ANP de não permitir que o(s) concessionário(s) sejam indenizados, na hipótese especificada, não contribui para um satisfatório atendimento dos interesses públicos. Importante mencionar, ainda, que o motivo da rescisão não advém de fato causado pelo(s) concessionário(s). Em verdade, tal dispositivo fere a finalidade pública deste contrato. Assim, a manutenção da redação desta cláusula, sem os devidos ajustes, irá afetar irremediavelmente o princípio da segurança jurídica contratual, indo além da problemática formal. Atingirá a prática contratual e afastará, de certo, os novos investidores e empresas de petróleo interessados na presente Rodada. Ademais, tal decisão afeta igualmente (i) o princípio da boa-fé, necessário e indispensável em toda e qualquer relação contratual e (ii) o direito do(s) concessionário(s), previsto no artigo 402 do Código Civil Brasileiro, a perdas e danos.	Não aceito.	A possibilidade prevista nesse parágrafo insere-se no risco assumido pelo concessionário.
IBP	Minuta do contrato	Exclusão	33	5	f		f) Toda e qualquer despesa necessária à instalação e desenvolvimento da arbitragem, tais como custas e adiantamento de honorários arbitrais e periciais, serão suportados exclusivamente pelo Concessionário. A ANP somente ressarcirá tais valores em caso de condenação final, na forma como decidido pelos árbitros		Sugere-se a exclusão do item “f”, uma vez que ele representa um desequilíbrio na relação contratual. Ademais, ele configura uma patente contradição ao interesse de se adotar as regras, seja da UNCITRAL, no presente contrato, seja da ICC, nos contratos anteriores, visto que tais regulamentos determinam, em seu artigo 43 (1) e 36 (2), respectivamente, o pagamento dos custos para instauração de arbitragem em montante igual para as partes. Por essas regras é inadmissível que uma das partes arque sozinha com todos os custos para posteriormente ser ressarcida (a redação acima não explicita como tais valores serão devolvidos ao Concessionário). Ressalte-se, ainda, que, nos termos do art. 5º e 21 da Lei de Arbitragem (9.307/96) uma vez eleita determinada regra para reger a arbitragem, o seu procedimento deve ser respeitado, sob pena de flagrante ilegalidade.	Não aceito.	A ANP é uma autarquia federal sujeita ao regime e regras orçamentárias de direito público. Diante disso a fazenda pública tem a prerrogativa de recolher custas ao final de qualquer processo. A presente cláusula visa unicamente adaptar o procedimento arbitral a essa prerrogativa.
IBP	Minuta do contrato	Alteração	33	5	h		h) A sentença arbitral será definitiva e seu conteúdo obrigará as Partes. Quaisquer valores porventura devidos pela ANP serão quitados através de precatório judicial, salvo em caso de reconhecimento administrativo do pedido; e	A sentença arbitral será definitiva e seu conteúdo obrigará as Partes.; e	Uma vez escolhido o procedimento que irá reger a arbitragem, regras da ICC ou da UNCITRAL, esse deve ser respeitado, não havendo, nesses casos específicos, a possibilidade de pagamento posterior via precatórios. A não observância configura violação dos artigos 5º e 21 da Lei de Arbitragem (9.307/96).	Não aceito.	A ANP é uma autarquia federal sujeita ao regime e regras orçamentárias de direito público. Diante disso a fazenda pública tem a obrigação de efetuar seus pagamentos através de precatórios. A presente cláusula visa unicamente adaptar o procedimento arbitral a esse sistema.
IBP	Minuta do contrato	Exclusão	33	6	1		Caso a disputa ou controvérsia envolva exclusivamente entes integrantes da Administração Pública Federal, a questão poderá ser submetida à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF, da Advocacia-Geral da União.		Eventuais controvérsias surgidas no âmbito do Contrato de Partilha certamente versarão sobre questões complexas e específicas da indústria do petróleo. Por isso, para que se assegure decisões equitativas e consentâneas com as práticas da indústria, é imprescindível que tais controvérsias venham a ser decididas por experts, profundos conhecedores da matéria. As partes preferem a cláusula arbitral ao invés de levar as decisões ao Poder Judiciário exatamente para se assegurarem que as decisões de eventuais conflitos serão tomadas por aqueles que sejam profundos conhecedores daquela matéria específica, permitindo, assim, as decisões mais adequadas, razoáveis e consentâneas com a indústria. O mesmo racional deve se aplicar aqui, garantindo que as partes envolvidas, ainda que sejam entes da administração pública, possam ver os seus conflitos resolvidos por meio de arbitragem. Desta forma, sugerimos retirar esta possibilidade do Contrato, para garantir à Petrobras que a mesma não será instada a participar de arbitragem instaurada no âmbito da CCAF, da Advocacia Geral da União, por outra parte que queira se valer da possibilidade de fazê-lo, conferida nesta cláusula. Importante lembrar que a Petrobras, embora ente da administração pública é uma empresa com ações negociadas em bolsa e que conta com acionistas não controladores privados. Por isso, para não haver quaisquer dúvidas sobre a imparcialidade da decisão acerca da controvérsia, a mesma deverá ser discutida em âmbito de arbitragem consentânea com as práticas internacionais, através de árbitros que tenham efetiva expertise na matéria.	Não aceito.	O parágrafo confere uma faculdade, não compelindo as partes a recorrer à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF.
IBP	Minuta do contrato	Exclusão	33	6			As Partes, em comum acordo, poderão optar por institucionalizar a arbitragem na Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ou perante outra câmara de arbitragem notoriamente reconhecida e de reputação ilibada, em consonância com as regras da câmara escolhida, desde que observados os preceitos estatuidos nos itens “b” ao “i” do parágrafo 33.5.		A proposta de exclusão visa assegurar decisões equitativas e consentâneas com as práticas da indústria, portanto, é imprescindível que tais controvérsias venham a ser decididas por experts, profundos conhecedores da matéria. As partes preferem a cláusula arbitral ao invés de levar as decisões ao Poder Judiciário exatamente para assegurar que as decisões de eventuais conflitos serão tomadas por aqueles que sejam profundos conhecedores daquela matéria específica, permitindo, assim, as decisões mais adequadas, razoáveis e consentâneas com a indústria. O mesmo racional deve se aplicar aqui, garantindo que as partes envolvidas, ainda que sejam entes da administração pública, possam ver os seus conflitos resolvidos por meio de arbitragem que conte com árbitros especialistas.	Não aceito.	O parágrafo confere uma faculdade, não compelindo as partes a recorrer à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal - CCAF.
IBP	Minuta do contrato	Inclusão	Cláusula Primeira				-	Sugestão de inclusão de novo item no capítulo das definições no que se refere à área de ocorrência de um Recurso Não Convencional, tendo em vista as especificidades de exploração e produção deste tipo de recurso.	A proposta visa à adequação da minuta do contrato às particularidades de um projeto para Recursos Não Convencionais. O objetivo é esclarecer que se trata de operações para fins de verificar a comercialidade dos Recursos Não Convencionais dentro da área de ocorrência retida, considerada, conforme as Melhores Práticas da Indústria do Petróleo, como sendo a área que contém a formação geológica de baixíssima permoporosidade relativa à ocorrência contínua do Recurso Não Convencional.	Aceito parcialmente.	Novas definições e disposições foram desenvolvidas ao longo do contrato para comportar a especificidade da exploração e produção de petróleo e gás natural de recursos não convencionais.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Etapas de desenvolvimento da produção Obs1 Cabeça de poço				-	CONTEÚDO LOCAL De: 60% Para: 50%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Etapas de desenvolvimento da produção Obs1 Equipamentos de poço				-	CONTEÚDO LOCAL De: 50% Para: 20%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.

Empresa	Documento	Natureza da sugestão	Item1	Item2	Item3	Item4	Redação original	Proposta de alteração	Justificativa	Decisão da ANP	Justificativa da ANP
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Etapa de desenvolvimento da produção Obs1 Revestimento				-	CONTEÚDO LOCAL De: 73% Para: 50%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Etapa de desenvolvimento da produção Obs2 Sistema de automação				-	CONTEÚDO LOCAL De: 75% Para: 25%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Etapa de desenvolvimento da produção Obs2 Sistema de medição fiscal				-	CONTEÚDO LOCAL De: 60% Para: 30%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Etapa de desenvolvimento da produção Obs2 Sistema de telecomunicação				-	CONTEÚDO LOCAL De: 40% Para: 20%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Etapa de desenvolvimento da produção Obs2 Sistema elétrico				-	CONTEÚDO LOCAL De: 70% Para: 50%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Etapa de desenvolvimento da produção Perfuração Avaliação e Completação Arvore de natal				-	CONTEÚDO LOCAL De: 70% Para: 60%	O Certificado de Conteúdo Local para este tipo de equipamento, tradicionalmente fabricado no Brasil (pos sal), estão apresentando valores da ordem de 70%, inferior ao mínimo estabelecido de 85%. Observar que os futuros equipamentos para o pre-sal vão operar em condições mais severas (ex. 10.000 psi de pressão, antes 5.000 psi), sendo necessário adotar projetos mais sofisticados e materiais mais nobres. Portanto, estima-se conteúdo local inferior ao que vem sendo apurado.	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Etapa de desenvolvimento da produção Perfuração Avaliação e Completação Perfuração+Completação (obs1)				-	CONTEÚDO LOCAL De: 37% Para: 25%	O percentual de conteúdo local informado considera resultado de processo recente de certificação, nova estimativa decorrente do processo de utilização da cartilha e a tendência de novo patamar de volume maior de encomenda podendo extrapolar a capacidade local. Cabe observar, que o equipamento e serviço histórico executado no Brasil foi utilizado no campo do pos-sal com condição de operação distinta e menos severa comparada com o campo do pre-sal.”	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Etapa de desenvolvimento da produção Perfuração Avaliação e Completação Sistemas auxiliares (obs2)				-	CONTEÚDO LOCAL De: 58% Para: 38%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Etapa de desenvolvimento da produção Perfuração Avaliação e Completação Sonda de perfuração				-	CONTEÚDO LOCAL De: 50% Para: 10%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.

Empresa	Documento	Natureza da sugestão	Item1	Item2	Item3	Item4	Redação original	Proposta de alteração	Justificativa	Decisão da ANP	Justificativa da ANP
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Etapa de desenvolvimento da produção Sistema de coleta da produção Dutos de Escoamento rígidos				-	CONTEÚDO LOCAL De: 80% Para: 40%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Etapa de desenvolvimento da produção Sistema de coleta da produção Engenharia Básica				-	CONTEÚDO LOCAL De: 90% Para: 70%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Etapa de desenvolvimento da produção Sistema de coleta da produção Engenharia de detalhamento				-	CONTEÚDO LOCAL De: 90% Para: 70%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Etapa de desenvolvimento da produção Sistema de coleta da produção Linhas de produção/Injeção Rígidas				-	CONTEÚDO LOCAL De: 50% Para: 40%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Etapa de desenvolvimento da produção Sistema de coleta da produção Manifolds				-	CONTEÚDO LOCAL De: 70% Para: 60%	Os Certificados de Conteúdo Local para este tipo de equipamentos, tradicionalmente fabricados no Brasil (pos-sal), estão apresentando valores da ordem de 70%, inferior ao mínimo estabelecido de 80%. Observar que os futuros equipamentos para o pre-sal vão operar em condições mais severas (ex. 10.000 psi de pressão, antes 5.000 psi), sendo necessário adotar projetos mais sofisticados e materiais mais nobres. Portanto, estima-se conteúdo local inferior ao que vem sendo apurado.	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Etapa de desenvolvimento da produção Sistema de coleta da produção Umbilicais				-	CONTEÚDO LOCAL De: 55% Para: 40%	O percentual de conteúdo local informado considera resultado de processo recente de certificação, nova estimativa decorrente do processo de utilização da cartilha e a tendência de novo patamar de volume maior de encomenda podendo extrapolar a capacidade local. Cabe observar, que o equipamento e serviço histórico executado no Brasil foi utilizado no campo do pos-sal com condição de operação distinta e menos severa comparada com o campo do pre-sal.”	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Geologia e Geofísica Interpretação e processamento				-	CONTEÚDO LOCAL De: 85% Para: 40%	O percentual de conteúdo local informado considera resultado de processo recente de certificação, nova estimativa decorrente do processo de utilização da cartilha e a tendência de novo patamar de volume maior de encomenda podendo extrapolar a capacidade local. Cabe observar, que o equipamento e serviço histórico executado no Brasil foi utilizado no campo do pos-sal com condição de operação distinta e menos severa comparada com o campo do pre-sal.”	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Obs1 Cabeça de Poço				-	CONTEÚDO LOCAL De: 60% Para: 50%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Obs1 Equipamentos de Poço				-	CONTEÚDO LOCAL De: 50% Para: 20%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.

Empresa	Documento	Natureza da sugestão	Item1	Item2	Item3	Item4	Redação original	Proposta de alteração	Justificativa	Decisão da ANP	Justificativa da ANP
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Obs1 Revestimento				-	CONTEÚDO LOCAL De: 73% Para: 50%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Obs2 Sistema de automação				-	CONTEÚDO LOCAL De: 60% Para: 20%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Obs2 Sistema de medição fiscal				-	CONTEÚDO LOCAL De: 60% Para: 30%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Obs2 Sistema de telecomunicações				-	CONTEÚDO LOCAL De: 40% Para: 20%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Obs2 Sistema Elétrico				-	CONTEÚDO LOCAL De: 70% Para: 50%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Perfuração, Avaliação e Completação / Perfuração e Completação (obs 1)				-	CONTEÚDO LOCAL De: 45% Para: 20%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Perfuração, Avaliação e Completação / Sistemas auxiliares (obs2)				-	CONTEÚDO LOCAL De: 54% Para: 34%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Perfuração, Avaliação e Completação/Afretamento de sonda				-	CONTEÚDO LOCAL De: 29% Para: 10%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.
Abespetro	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração	Teste de longa duração / Sonda de Perfuração				-	CONTEÚDO LOCAL De: 15% Para: 10%	IDEM	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.

Empresa	Documento	Natureza da sugestão	Item1	Item2	Item3	Item4	Redação original	Proposta de alteração	Justificativa	Decisão da ANP	Justificativa da ANP
CGG	Minuta do contrato - Anexo IX	Alteração					-	Conteúdo Local – Geologia e Geofísica Interpretação e Processamento De 85% para 40%	<p>De acordo com a Décima Primeira Rodada – Anexo XIII – Tabela de itens com exigências mínimas de Conteúdo Local, tanto para águas rasas (menor 100 metros) e profundas (maior 400 metros), para as Licitações dos Contratos de Concessões, o Conteúdo Local mínimo para Subsistemas (Conjunto) – Geologia e Geofísica, referente a linha do item Interpretação e Processamento são de 40%. Com a nova publicação da Resolução 19/2013, conforme Anexo II – Cartilha de Conteúdo Local, capítulo 7 Critérios, Instruções e Fórmulas de Cálculo do Conteúdo Local de Serviços de MDO relacionados à Indústria de Petróleo e Gás Natural, o CL em Serviços de MDO, inclusive Software, será mensurado através do índice de custo de utilização de MDO local na prestação dos serviços (ILS). O ILS deverá ser aplicado ao valor do serviço contratado, excluído o ISS, para a apuração do CL em Serviços de MDO.</p> <p>Frente a alteração da metodologia de cálculo para Serviços em Processamento de dados e Interpretação, conforme exposto acima, a apuração de CL com a metodologia no ILS abandonou totalmente a consideração de Margem de lucro, PIS, COFINS e outros custos indiretos (overheads), os quais eram computados para apuração do mesmo.</p> <p>Significa que o novo cálculo é baseado somente em Pessoal e o software (esse importado, pois não temos software de processamento nacional) é computado como um empregado estrangeiro, logo, diminuirá o % de CL, mesmo que utilizemos 100% de Brasileiros no processamento, o que na maioria das vezes é muito difícil ou 1(um) estrangeiro ajudando nos processos, com isso o PERCENTUAL % de CL cairá drasticamente, sendo praticamente impossível atingir os 85% pleiteados pelo MMA.</p>	Não aceito.	Política de governo. Inciso X, Art. 2 da Lei 9478/97 (observado o inciso IX), cabe ao CNPE induzir o incremento dos índices mínimos de conteúdo local de bens e serviços, a serem observados em licitações e contratos de concessão e de partilha de produção. Percentual está em linha com a política de CL emanada pelo MME.